

ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NA IGREJA DE S. MAMEDE (TORRE DE MONCORVO)

por

Alexandra Cerveira Lima
Miguel Rodrigues
Nelson Rebanda
Paulo Dordio Gomes
Ricardo Teixeira

A associação Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo (PARM)¹ decidiu implementar em 1986, através dos cinco elementos signatários, um plano de estudos sobre a Idade Média na região envolvente de Torre de Moncorvo (Alto Vale do Douro) e, grosso modo, definida pelos termos dos concelhos medievais de Urros, Mós, Alva, Freixo de Espada à Cinta e Santa Cruz da Vilarça. O seu objectivo amplo é resolver questões relacionadas com a reconstituição da paisagem e da sociedade².

Com base na escassa documentação publicada sobre esta região e nos elementos arqueológicos revelados pelos trabalhos de Carta Arqueológica desenvolvidos por equipas do PARM³, possuía-se um conhecimento da sua história durante a Idade Média e da riqueza dos vestígios arqueológicos por explorar conservados dessa época. Assim, ainda em 1986, optou-se por dar prioridade ao estudo da estação arqueológica do Baldoeiro (freguesia de Adeganha, concelho de Torre de Moncorvo)⁴ na qual se inserem as ruínas da Igreja de S. Mamede.

¹ O PARM desenvolve desde 1983, actividade de estudo, defesa e valorização do património na região tendo-se constituído com existência legal sob a forma de associação cultural em 21 de Novembro de 1986.

² A Região de Moncorvo na Idade Média (Projecto regional de investigação em arqueologia e história medieval). Encontra-se no prelo a publicação do texto deste projecto numa edição do SRAZN/ IPPC.

³ A publicação dos resultados dos trabalhos de Carta Arqueológica que se desenrolaram com o apoio financeiro do IPPC e da C. M. de Torre de Moncorvo, encontra-se em preparação.

⁴ MAGALHÃES, 1845; VASCONCELOS 1896; CABRAL 1910; SANTOS JÚNIOR 1931 e 1975; BAÇAL 1934, Vol. IX, p. 479-483; RODRIGUES E BRANDÃO 1961.

A leitura de descrições do local datadas do século XVII, XVIII e XIX, permitia conceber a existência de um templo românico⁵ que se viria a localizar num amontoado de escombros de onde provinham pedras decoradas já conhecidas⁶. Por outro lado, numerosas visitas ao local vieram revelar-nos um conjunto de elementos de feição arcaizante dentro da Idade Média, incluindo vestígios de habitação, um «castelo» roqueiro (com uma torre quadrangular de 8 m. de lado assinalada pelos encaixes escavados na rocha), no alto de um grande penedo, e sepulturas escavadas na rocha, conjunto situado numa apertada depressão entre grandes blocos graníticos na encosta do planalto da Adega-nha, sobranceiro ao Vale da Vilariga e defronte da colina onde se implanta a cerca amuralhada da Vila Velha de Santa Cruz, cabeça de um extenso concelho e julgado no século XIII⁷.

Realizou-se, então, no Verão de 1987, uma primeira campanha de escavações a que se seguiu, no Verão de 1988, uma segunda campanha, ambas tendo como principal objectivo pôr a descoberto e compreender a evolução das estruturas pertencentes à igreja deste povoado, a Igreja de S. Mamede, e da necrópole que a envolve⁸.

É intenção do presente texto apresentar alguma da problemática levantada e que enquadra o projecto de investigação que desenvolvemos⁹, bem como alguns dos resultados e das dúvidas que se colocam após estas duas campanhas de escavações arqueológicas.

PODERES REGIONAIS NUMA TERRA DE FRONTEIRA AO TEMPO DA RECONQUISTA

Apesar da inexistência de informação documental alti-medieval para a região que estudamos, se alargarmos a nossa investigação ao espaço envolvente (o Alto Douro) encontramos alguns interessantes documentos, datados dos séculos X e XI, que nos permitem começar a levantar algumas questões.

⁵ RODRIGUES E BRANDÃO 1961 é o primeiro a chamar a atenção para a existência de um templo românico.

⁶ Como por exemplo dois frisos com motivos encanastrados e silhares siglados integrados na pequena capela da Sra. da Encarnação, do século XVII localizada 800 m a sul.

⁷ P.M.H. — Leges, pp. 601-604 (Foral); P.M.H. — Inq. 1258, pp. 1274-1277.

⁸ As actividades do PARM têm contado com os apoios do IPPC, da C. M. de Torre de Moncorvo, do FAOJ, do Governo Civil de Bragança e dos Programas OTL e OTJ. Aproveitamos para agradecer publicamente a colaboração prestada pelo Sr. Joaquim J.A. Morais Vaz, proprietário da Quinta da Portela onde se situa a Igreja de S. Mamede.

⁹ O estudo e publicação do importante núcleo de pergaminhos medievais do Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo e as escavações arqueológicas do castelo da mesma vila, são outras iniciativas em curso no âmbito deste Projecto.

No reinado de Afonso III (866-910), é alcançada a linha do Douro. As conquistas de Chaves e Porto em 868 e de Coimbra, em 878, mostram uma progressão mais acentuada para sul da zona ocidental. Em 939, dá-se a importante vitória de Simancas, de Ramiro II (931-950) e seus aliados, frente às tropas do Califa de Córdoba, em consequência da qual se produz um novo avanço da ocupação das terras situadas ao sul do Douro. A fronteira ultrapassa o rio Tormes e Ramiro II repovoa Salamanca e Ledesma, ao mesmo tempo que Fernão González (930-970), conde de Castela, ocupa a zona contígua a oriente, tomando Sepúlveda¹⁰.

Desta época e em conexão com este movimento de repovoamento ou, mais provavelmente, com o movimento de expansão da área de dominação das famílias condais galegas, datará a presúria de terras de fronteira no Alto Vale do Douro (Trancoso, Moreira, Longóbria, Numão, *Uacinata*, Almendra, Penedono, *Alcobria*, Sernancelhe (?), Caria e outras)¹¹ que Dona Chamôa Rodrigues, sobrinha de Mumadona Dias e bisneta de Afonso *Betote* — repovoador do Minho inferior na época de Afonso III e, provavelmente conde de Tui, além de conde de Deza (região de Lalim na Galiza)¹², — doa em 960 ao Mosteiro de Guimarães.

São presúrias realizadas em terras de fronteira (*in ipsa stremadura*) de que resulta a posse de dez castelos (*castella*) com outras *penelas* e *popalaturas* por um membro da aristocracia condal. Coexistem assim nesta região, em meados do século X, a grande propriedade condal e o incastelamento.

O final do século regista as incursões muçulmanas de Almançor que fazem recuar a área controlada pelos reis leoneses para norte do Douro.

Com as conquistas de Fernando Magno, entre 1057 e 1064, as terras entre o Douro e o Mondego regressaram ao domínio do rei de Leão. É então que esse rei concede forais na região do Alto Vale do Douro aos castelos (*castella*) de S. João da Pesqueira, Paredes, Linhares, Penela e Ansiães¹³. Estes textos revelam a existência de comunidades autónomas capazes de negociar o seu estatuto com o rei, interessado em assegurar a sua fidelidade e evitar que se aliassem ao inimigo¹⁴.

O vazio de poder criado, após as invasões muçulmanas, no espaço entre a área controlada pelos reis astur-leoneses e aquela que era controlada pelo Califado de Córdoba, que se prolonga na época dos reinos Taifas, criou nas populações que aí perduraram ou para aí vieram habitar uma situação de auto-suficiência que as levou a continuar e/ou recuperar formas de organização

¹⁰ Díez 1985.

¹¹ P.M.H. — D.C., 81; identificação dos topónimos seg. LINDLEY CINTRA, 1984, p. XXXVII.

¹² MATTOSO 1981, p. 153.

¹³ P.M.H. — Leges, pp. 343-348.

¹⁴ MATTOSO 1986, I, p. 343.

política primitivas, baseadas no parentesco¹⁵.

Estamos perante uma evolução complexa em que, no espaço de um século e na mesma região, se nos deparam realidades tão diversas como a grande propriedade condal e a existência de comunidades camponesas autónomas. O tipo de implantação das populações na paisagem parece no entanto manter-se, tendo por base o fenómeno do incastelamento.

A documentação dos séculos XII e XIII permite-nos conhecer melhor os diversos poderes regionais. Por outro lado, desde a primeira metade do século XII, verifica-se o processo de implantação de uma autoridade supra-regional concorrente da do rei de Leão, a do Infante/Rei de Portugal, pelo assegurar da fidelidade desses mesmos poderes regionais.

A política de Fernando Magno de divisão dos *territória das civitates em terras*¹⁶ poderá ter levado ao aparecimento da Terra de Bragança onde virá a dominar a linhagem dos Braganções. No entanto, a primeira referência concreta a essa Terra data de 1128, num documento do Infante D. Afonso confirmado por Fernão Mendes, tenente da Terra de Bragança (*Tenente Bragancia*), da linhagem dos Braganções¹⁷. Antes dessa data, verosimilmente o mesmo Fernão Mendes¹⁸, surge como tenente da terra de Chaves (*princeps ipsius terre* — referindo-se a Chaves — e *mandante Flavias*, respectivamente em 1072 e 1086)¹⁹, cargo que parece ocupar de modo não contínuo²⁰.

Surge depois, ainda que raramente, na corte portugalense a confirmar documentos do Conde D. Henrique e de D. Teresa²¹. É sobretudo após a vitória de Afonso Henriques em 1128 que os Braganções e, com eles, a região que dominavam, aparecem ligados a Portugal e ao seu futuro rei²². Com efeito, ainda em documentos dos inícios do século XII, essa região surge integrada nos territórios leoneses de Astorga e Zamora²³.

O filho de Fernão Mendes, Mendo Fernandes, governador de Bragança²⁴, foi alferes-mor de Afonso Henriques entre 1146 e 1147²⁵. O rei de Leão consegue porém atraí-lo para a sua corte tornando-o, entre 1157 e 1159, seu primeiro alferes-mor²⁶. Desde 1145 surge o filho de Mendo Fernandes, Fernão Mendes, como tenente da terra de Bragança²⁷. Por esses anos, casou com D.

¹⁵ MATTOSO 1986, I, p. 339.

¹⁶ ALMEIDA e LOPES 1981-82, p. 133; ver também MERÊA e GIRÃO 1948.

¹⁷ D.M.P. — D.R., I, 92, p. 116.

¹⁸ P.M.H. — Scriptores, p. 165.

¹⁹ L.F., 359-397 e 400.

²⁰ L.F., 410 e 412.

²¹ D.M.P. — D.R., I, 28, p. 38 e 67, p. 83 (F., 487).

²² MATTOSO 1985, p. 27.

²³ L.F., 6 e 410. Cf. MATTOSO 1986, I, 188 e os autores aí referidos.

²⁴ L.F., 419.

²⁵ D.M.P. — D.R., I, 214, p. 220 a 264, p. 271.

²⁶ D.M.P. — D.R., I, CXXII.

²⁷ D.M.P. — D.R., I, 210, p. 260.

Sancha, irmã de Afonso Henriques, que procurava assim reforçar a fidelidade deste senhor da fronteira²⁸.

O seu filho, Pedro Fernandes, novo senhor da Terra de Bragança, foi mordomo-mor do futuro rei Sancho entre 1169 e 1175²⁹. O sucessor da linhagem, Fernão Fernandes, foi tenente da Terra de Bragança, cargo que parece ter acumulado com a tenência das terras de Penaguião e Panoias³⁰. No entanto, em 1209, surge como *tenente en Estremadura* pelo rei de Leão, Afonso IX, ao confirmar os foros de Castelo Rodrigo, outorgados por este rei³¹. Regressa à vassalagem do rei de Portugal pois confirma, em 1217 com Afonso II o foral de Miranda da Beira³². Em 1218 era de novo tenente de Bragança³³ e, em 1225, ao confirmar o foral de Santa Cruz da Vilariça outorgado por Sancho II, surge como alferes-mor do rei³⁴.

A implantação regional desta linhagem, alargava-se para sul do Douro, o que está patente na carta de foral concedida por Fernão Mendes, *potestas in Bragança et Lampasas*, em 1130, aos habitantes da *civitate Noman (Numão)*³⁵. O seu neto, Fernão Mendes II, faz doação à Ordem do Templo do castelo de Longroiva que ele diz ter povoado na Estremadura, entre os castelos de Numão e Marialva e o rio Côa³⁶.

As Inquirições de 1258 testemunham também a implantação dos Braganções no Vale de Vilariça. Fernão Mendes II terá povoado a vila de Santo Estevão, por mandado do rei, e Pedro Fernandes, com sua mulher, doou ao mosteiro do Bouro a vila de Santa Comba da Vilariça³⁷.

No século XIII, sobretudo nos reinados de Afonso III e D. Dinis, dominados pelo processo de centralização política, verificam-se alterações na sucessão hereditária do cargo de tenente da terra³⁸. A autoridade do tenente esvaziava-se e «torna-se imprecisa ou meramente honorífica»³⁹. O governo do último Braganção detentor do cargo, Fernão Fernandes, é interrompido quando este apoia Afonso IX de Leão, sendo substituído por Ponço Afonso de Baião. Posteriormente, em 1233, era tenente da terra Vasco Mendes. Sucedem-lhe

²⁸ VITERBO 1962, II, p. 587, nota 1; L.F., 537-541; L.F., 540-567 (= D.M.P. — D.R., I, 222, p. 263).

²⁹ D.M.P. — D.R., I, 294, p. 384 e segs. até 323, p. 424.

³⁰ Bragança: D.S., 76, 121, 128; Penaguião: D.S., 102; Panoias: D.S., 126, 132 e 139.

³¹ LINDLEY CINTRA 1984, p. 128 e AZEVEDO 1962, p. 264, nota 37. Ver também LINDLEY CINTRA 1984, p. 133.

³² P.M.H. — Leges, p. 374.

³³ L.F., 494.

³⁴ P.M.H. — Leges, p. 604.

³⁵ P.M.H. — Leges, p. 368-370.

³⁶ VITERBO 1962, II, p. 581, nota 1.

³⁷ P.M.H. — Inq. 1258, p. 1274 e 1275.

³⁸ MATTOSO 1986, II, p. 127.

³⁹ MATTOSO 1986, II, p. 125.

Martins Afonso (1243), Fernando Lopes de Baião (1253), Afonso Teles (1256), Martins Afonso (1258) e Nuno Martins de Chacim (1266)⁴⁰. Os Braganções afastam-se da corte e isolam-se na sua região. São os Chacins, descendentes de Pedro Fernandes de Bragança por intermédio da bastarda Foilhe Nunes, que restabelecem a ligação à corte. Nuno Martins de Chacim, frequentemente citado nas actas dos inquiridores de 1258 como usurpador do património régio e concelhio nesta região, recebeu de Afonso III o cargo de meirinho-mor de Portugal⁴¹.

Sobretudo na parte meridional da terra que os Braganções governavam (no actual Alto Douro), mantinham-se poderosas as comunidades locais. Era um outro poder regional que importava ao rei enquadrar e garantir a fidelidade. Entre 1152 e 1182, Afonso Henriques outorga forais a Freixo de Espada à Cinta, Mós e Urros⁴². Confirma ainda e reforma os forais do Douro outorgados por Fernando Magno⁴³. Sancho I concede forais a Penas Roias, Bragança (ambos em 1187), Junqueira da Vilarça (1201) e Rebordãos de Bragança (1208) e doa (1200) aos povoadores de Mós um reguengo pelo bom serviço já prestado e a prestar por esse castelo⁴⁴.

De Afonso II data o foral de Vilarinho da Castanheira⁴⁵ e a confirmação dos forais do Douro de Fernando Magno⁴⁶. Sancho II concede forais a Santa Cruz da Vilarça e Abreiro (ambos em 1225)⁴⁷. Em 1236 doa ao concelho de Freixo, como sua aldeia, a povoação de Alva com a sua torre⁴⁸ e, possivelmente ainda nesse ano, autoriza o mesmo concelho a povoar e habitar Urros que estava ermo⁴⁹.

Nos reinados de Afonso III e D. Dinis, a política de centralização condiciona as relações do rei com as comunidades locais, tendendo a fazer desaparecer a sua autonomia ao mesmo tempo que as fazia integrar num espaço político mais vasto de feição nacional⁵⁰. Outra faceta destas relações é o papel que o rei assume agora de «protector» dos concelhos, que lhes permitiu resistir e mesmo consolidar-se frente à senhoriação⁵¹.

⁴⁰ BAÇAL 1934, I, p. 296 e segs.

⁴¹ MATTOSO 1981, p. 302.

⁴² P.M.H. — *Leges*, pp. 378-381 (Freixo), pp. 390-391 (Mós), pp. 424-436 (Urros).

⁴³ P.M.H. — *Leges*, pp. 343-348.

⁴⁴ D.S., 23, 24, 137, 179 e 127.

⁴⁵ P.M.H. — *Leges*, pp. 582-583.

⁴⁶ P.M.H. — *Leges*, pp. 343-348.

⁴⁷ P.M.H. — *Leges*, pp. 601-604 (Sta. Cruz), pp. 604-605 (Abreiro).

⁴⁸ *Mon. Lusit.*, Liv. XIV, p. 326. Ver também HERCULANO, IV, pp. 370-372.

⁴⁹ HERCULANO, IV, 371.

⁵⁰ MATTOSO 1986, II, p. 176.

⁵¹ MATTOSO 1986, I, p. 442, II, p. 173.

A leitura das Inquirições de 1258 elucida-nos sobre outros poderes regionais existentes nesta primeira metade do século XIII. Assim, os mosteiros de Castro de Avelãs, do Bouro, de S. Martinho da Castanheira e de Moreirola, estes dois últimos com sede em Leão, as Ordens militares do Hospital e do Templo e o Arcebispo de Braga, possuem numeroso património espalhado por toda a região. São também frequentes as referências a senhores nobres, alguns leoneses como, no julgado de Algosos, D. Nuno de Zamora e D. Pedro Ponço rico-homem de Leão e outros, numerosos, de pequena e média condição, responsáveis em parte pelo alastrar da senhoriação em Trás-os-Montes na primeira metade do século XIII⁵².

Da fidelidade destes diversos poderes regionais ao rei, surge a noção de fronteira, que se materializa numa rede de castelos, cujo controlo directo e independente do senhor da terra o rei procura assegurar através dos seus alcaides, a quem exige homenagem expressa⁵³.

O incastelamento parece ser uma realidade precoce em Tás-os-Montes, ainda que não esteja estudada a sua implantação e evolução. Carlos Alberto Ferreira de Almeida propôs para o Entre Douro e Minho um modelo de evolução dos castelos⁵⁴ segundo o qual, numa primeira fase que se iniciaria em meados do século X, em face das razzias árabes e das investidas normandas, cada núcleo de povoamento disporia de um frustre «castelo-refúgio» de iniciativa das comunidades rurais. Desde meados do século XI, notar-se-ia uma hierarquização entre estes montes defensivos, sendo evidente a sua subordinação aos castelos cabeça da «terra», ligados à ascensão de certas linhagens. São estes que vão ser transformados arquitetonicamente com a construção de cercas e torre de menagem, tornando-se obras dispendiosas que só a autoridade régia ou regional poderiam custear.

É possível esboçar para a região que tratamos um esquema de evolução semelhante, distinguindo uma primeira fase de construção de numerosos castelos-refúgio pelas comunidades locais autónomas, paralela à expansão dessas comunidades, e uma segunda fase, que se poderia situar na segunda metade do século XII, em que alguns destes locais de refúgio são abandonados, outros integrados como torres e atalaias nos sistemas defensivos dos castelos que agora emergem como hierarquicamente superiores: os castelos da fronteira

⁵² P.M.H. — Inq. 1258, pp. 1267-1272 (Julgado de Mirandela e Ledra), pp. 1272-1273 (J. de Ansiães), pp. 1273-1274 (J. de Vilarinho), pp. 1274-1277 (J. de Santa Cruz), p. 1277 (J. de Mós), pp. 1277-1278 (J. de Urros), p. 1278 (J. de Freixo), pp. 1278-1279 (J. de Mogadouro), p. 1279 (J. de Penas Róias), pp. 1280-1286 (J. de Algosos), pp. 1286-1290 (J. de Bragança), pp. 1301-1338 (J. de Lamas de Orelhão), pp. 1338-1344 (J. de Vinhais).

⁵³ MATTOSO 1986, II, pp. 141-143.

⁵⁴ ALMEIDA 1978a e ALMEIDA 1987, pp. 29-31.

de iniciativa régia, senhorial ou concelhia⁵⁵.

Se nos circunscrevermos agora no local em estudo (estação arqueológica do Baldoeiro), poderíamos, tomando como referência o quadro antes esboçado, ensaiar o seguinte esquema de evolução:

- a) Colocando de parte a questão da ocupação pré-histórica documentada arqueologicamente, podemos procurar na época de expansão de comunidades autónomas no Vale do Douro, talvez já no século VIII, o início de um povoado que aqui se estabelece, construindo o seu «castelo-refúgio» no alto de um grande penedo que domina, pelo leste, uma depressão apertada onde se instalariam as habitações e perto, um pouco mais abaixo, onde o terreno é mais plano, erguer-se-ia a igreja rudimentar com uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha em sua volta. Como esta comunidade, outras se instalariam não muito longe, na Junqueira, na Vila Maior e na Alfarela. (Fig. 2).
- b) Após a reconquista definitiva do Vale do Douro, os reis leoneses e, depois, os portugueses procuram enquadrar estas comunidades. A Junqueira da Vilarça, obtém uma carta de foral de Sancho I de Portugal onde se estabelece que «*homines de Iunqueira habuerint iudicio aut iuncta cum omnes de alias terras habeant medianedo in termino de Castro cum homines de Ferreira*». Ferreira seria então uma outra comunidade vizinha, pelo sul⁵⁶. Podemos perguntar-nos se proventura assim se chamaria o povoado que nos concerne. Se assim fosse, esta comunidade teria recebido uma carta de foral que serviria, aliás, de modelo ao foro outorgado aos homens da Junqueira da Vilarça⁵⁷.
- c) Se atendermos ao testemunho das Inquirições de 1258, a Vila da Santa Cruz teria sido povoada no reinado de Sancho I⁵⁸ com homens das vilas de Cernadela e de Cortiços (actual concelho de Macedo de Cavaleiros)⁵⁹. Esta vila receberia depois foral de Sancho II, em 1225, que lhe demarca um extenso termo abrangendo todo o Vale da Vilarça e incluindo nu-

⁵⁵ Estão documentados na região na 2ª metade do século XII ou nos inícios do século XIII pelo menos os seguintes castelos: Bragança, *Alvelia*, Rebordãos, Algos, Penas Róias, Mogadouro, Freixo, Mós, Alva, Urros, Santa Cruz, Vilarinho da Castanheira, Ansiães, Linhares, S. João da Pesqueira, Penela, Paredes, Numão, Longroiva e Marialva. Seria interessante investigar as diferenças arquitectónicas que parecem existir entre castelos de provável iniciativa municipal e outros de iniciativa senhorial ou régia.

⁵⁶ D.S., 137, p. 209. Dado o encadeamento nos topónimos localizáveis do termo da Junqueira é possível identificar o *Castro* com a Sra. do Castelo da Adeganha.

⁵⁷ D.S., 137, p. 213: «... *Et ideo hoc forum de Ferreira uobis do et concedo ut terram de Iunqueira quibus hoc forum do populetis'...*».

⁵⁸ P.M.H. — Inq. 1258, p. 1274.

⁵⁹ P.M.H. — Inq. 1258, p. 1271.

merosas outras comunidades como o já referido concelho da Junqueira da Vilarça.

A emergência da Santa Cruz na colina fronteira ao povoado que estudamos, traria como consequência a perda de importância deste local, que seria integrado no sistema defensivo do castelo de Santa Cruz como torre⁶⁰. Neste sistema defensivo estariam ainda integradas a torre de Moncorvo⁶¹, a torre da Junqueira⁶², o Castelo da Cizonha⁶³, o Castelo da Mina⁶⁴, a Alfarela⁶⁵ e a Sra. do Castelo da Adeganha⁶⁶ (Fig. 2).

- d) O despovoamento da Santa Cruz nos finais do século XIII ou inícios do século XIV, com a transferência das suas funções político-administrativas e militares para Torre de Moncorvo (que recebe foral de D. Dinis em data anterior a 1286), posteriormente partilhadas por outras duas novas fundações, Vila Flor e Alfândega da Fé (que recebem forais em 1286 e 1294, respectivamente)⁶⁷ arrastaria consigo uma mais completa decadência do povoado localizado no Baldoeiro, que não surge referido no Numeramento de 1530⁶⁸.

A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA IGREJA DE S. MAMEDE

Os trabalhos realizados iniciaram-se, na primeira campanha, com intervenções em dois sectores da zona quadriculada: sector SE, onde era visível um alinhamento de silhares que pareciam constituir a parede sul da ábside românica, e sector NO, onde aflorava um outro alinhamento sensivelmente paralelo ao anterior mas de estrutura muito diferente — mais estreito e integrando pedra de granito e xisto de tamanho irregular. — Na segunda campanha, os trabalhos desenvolveram-se no sentido de definir melhor a planta

⁶⁰ P.M.H. — Inq. 1258, p. 1275 (*Torre de Ferreira*).

⁶¹ P.M.H. — Inq. 1258, p. 1274 (*Torre de Menendo coruo*). As escavações arqueológicas em curso no Castelo de Torre de Moncorvo, cuja construção se iniciou no reinado de D. Dinis, poderão fornecer novas informações sobre a primitiva fortificação.

⁶² P.M.H. — Inq. 1258, p. 1274 (*Torre de Junqueira*). Esta torre poderia localizar-se no Castelo da Junqueira ou no Cabeço das Pombas onde, em ambos os locais, existem vestígios de fortificações.

⁶³ Recinto fortificado de forma ovalada em aparelho de xisto com uma cisterna no seu interior e que poderá identificar-se com a *turre de susaa de contra siladi* referida na Carta de Foral de Mós, P.M.H. — Leges, p. 391.

⁶⁴ Fortificação roqueira onde foram descobertas moedas portuguesas medievais.

⁶⁵ Conserva vestígios do que poderá ser uma torre de planta circular em aparelho de xisto no ponto mais elevado do cabeço.

⁶⁶ Foram descobertas neste local, onde existem vestígios de importantes fortificações, diversas moedas portuguesas medievais.

⁶⁷ MENESES 1986 e BAÇAL 1934, IV, pp. 324-325.

⁶⁸ FREIRE 1909, pp. 255-256.

das construções anteriormente detectadas.

Estruturas

Presentemente é possível definir, grosso modo, dois tipos de construção de relacionamento por vezes complexo:

- uma, de feição românica, constituída por paredes espessas (1,20 m e 1,50-a do arco triunfal) de faces compostas por fiadas de silhares, por vezes siglados e o cerne preenchido com fragmentos de granito e xisto consolidados com argamassa. Os tipos de siglas detectados foram a foicinha, a ferradura, o «P», o «I», o «R» e o «S». Este tipo de construção e aparelho, de que resta apenas uma ou duas fiadas, assentes directamente no afloramento ou, onde a topografia do terreno o impôs, numa sapata, definem a estrutura do templo românico ritualmente orientado com uma ábside rectângular (7.50 x 6.30) e uma única nave (largura 8.60m) não concluída: a parede norte da nave interrompe-se aos 2.70m e a parede sul aos 4,90m, ambas rematadas com silhares colocados transversalmente de modo a fechar e consolidar a construção.
- o outro tipo de construção detectado, bem distinto do anterior, é constituído por paredes de espessura variável (0.60m a 0.75m) de alvenaria de xisto e granito de tamanho e aparelho diversos a cujas diferenças de regularidade e composição correspondem talvez fases ou arranjos distintos:

De interpretação bem mais complexa, estas estruturas, que em certos pontos ainda apresentam uma altura considerável (cerca de 1.30m), concentram-se na área a W da construção românica e parecem estar relacionadas com ela, fechando deste lado a área definida pelas paredes da nave românica, de forma a criar um espaço sub-rectângular (9.10m x 4.50m) articulado com a ábside do templo e que poderá ter funcionado, em épocas diferentes, como adro ou espaço apendrado.

Com o mesmo tipo de aparelho, detectou-se no sector NO um outro edifício (Casa 1) de planta quadangular (parede sul — a única definida — 5,90m) mas de funcionalidade ainda desconhecida.

Necrópole c.8. e c.a.

A necrópole, que se deverá estender pela zona envolvente do templo, não foi ainda objecto de escavação sistemática. As quinze sepulturas detectadas situam-se assim junto às estruturas da igreja: uma a E e duas a N da ábside,

cinco junto à parede N da nave, seis em volta da parede S e uma outra no extremo W da área escavada.

O seu reduzido número e o facto de apenas cinco se encontrarem integralmente escavadas, torna precoce qualquer espécie de análise conclusiva da sua tipologia ou âmbito cronológico. São sepulturas abertas no afloramento rochoso — xisto ou granito já que se trata de uma zona de contacto — ritualmente orientadas no sentido W-E. As suas formas variam entre o antropomórfico e trapezoidal e o sub-rectângular, destacando-se pela perfeição do seu lavor a Sepultura 1 que apresenta uma cavidade sepulcral de contorno rectangular e um fundo em que se recortam a cabeceira em arco ultrapassado e o encaixe para os pés de forma angulosa. Esta sepultura encontrava-se violada e era a única visível antes da intervenção arqueológica. As restantes, embora já não conservassem intactas as suas coberturas, revelaram vestígios osteológicos por vezes ainda «in situ».

Um crâneo e alguns outros fragmentos ósseos removidos para os pés do esqueleto na Sepultura 15, testemunham a prática comum de reutilização de sepulturas, o que neste caso pressupõe uma larga persistência, no tempo, na utilização deste espaço com fins funerários.

Junto à parede N da nave identificou-se um grande amontoado de ossadas, ainda em fase de escavação, aparentemente arrumadas a um dos lados de uma cavidade escavada na rocha (Sepultura 5). A Sepultura 6, ainda só em parte revelada, parece conservar intacta a sua cobertura constituída por várias lages de xisto e apresenta, junto à cabeceira, integrada na cobertura, uma lage colocada verticalmente que parece constituir uma estela sem qualquer motivo decorativo ou epígrafe. Do mesmo modo, mas já sem cobertura, a Sepultura 12 apresenta aos pés uma estela em granito encostada ao topo da parede sul da nave, com uma cruz de braços iguais grafitada na face voltada para a cabeceira.

Estratigrafia c.8 e c.a.

A área escavada apresenta, de uma forma geral, uma pequena potência de terras com grandes remeximentos causados sobretudo pelo saque de pedras aparelhadas. De facto, os maiores revolvimentos encontram-se na zona das paredes românicas cujos silhares bem trabalhados eram aliás escassos nas camadas de derrube.

Perfil 1 — W-E c.a e c.b

Camada 1 — Camada cuja espessura varia entre 15 e 50 cm, constituída por terra humosa com raízes que cobre toda a área. Apresenta, com maior den-

sidade na zona W, derrubes das paredes constituídas por grandes pedras de xisto e granito irregulares e alguns fragmentos de telha dispersos.

Esta camada, correspondente ao derrube do edifício e a remeximentos posteriores, apresenta diversas bolsas de violação. Uma delas, na Q.E3 — não visível no perfil apresentado —, continha três aduelas que, em conjunto com uma outra semelhante encontrada na mesma camada mas na Q.E4, constituem o arco de uma pequena abertura, ainda não identificada, com cerca de 50 cm de largura. Na Q.B3, a bolsa 1A — apresentada no perfil — é constituída por pedra miúda granítica, terra de coloração esbranquiçada e saibro, testemunhando o desmonte da parede Norte da cabeceira românica.

Camada 2 — Constituída por terra castanha pouco compacta com pedra miúda e abundantes fragmentos de telha, a ela se associa a maioria das pedras trabalhadas, de fábrica românica. Para além destas pedras, muito fragmentadas, continha grande quantidade de argamassa, alguns pregos, diversas moedas (uma de D. Dinis, duas de D. João I, outra de D. Afonso V e uma quarta de D. João III)⁶⁹ e a maioria do espólio cerâmico.

Corresponde ao abandono e ruína do edifício, bem como a importantes remeximentos provocados pelo saque das pedras da construção que deverá também ter provocado a destruição dos níveis de ocupação.

Camada 3 — Camada de terra escura, com alguns carvões, cuja espessura oscila entre 15 e 22 cm. Com escasso espólio cerâmico, esta camada continha abundantes pedras de granito e xisto de tamanho médio, irregulares, cuja disposição parece revelar a intenção de nivelar o solo para preparar a construção de um piso (Piso 2) cuja superfície de circulação desapareceu.

Camada 4 — Com uma espessura que oscila entre os 6 e os 20 cm, é constituída quase exclusivamente por fragmentos de telha sobrepostos assentes sobre um piso (Piso 1). Corresponde a um nível de destruição originado pelo abatimento de um telhado.

Piso 1 — Definido pelo afloramento irregular e algumas lages de xisto.

No sector W (Qs E3 e F3) a ampliação do adro ou espaço alpendrado para ocidente, num momento posterior ao reinado de D. João III, obrigou a vencer o pendor do solo natural pela construção do Muro 2 e deposição de uma camada de terras de nivelamento (C5) sobre a camada de terra negra argilosa (C6) formada no contacto com o xisto desagregado.

⁶⁹ A classificação das numismas foi efectuada pelo Eng. Paulo Ferreira de Lemos, a quem aproveitamos para agradecer publicamente.

Camada 5 — Camada com uma potência máxima de 45 cm, constituída por terra cinzento claro com muita pedra miúda e saibro, contendo abundante espólio cerâmico muito fragmentado, diversos metais, alguma telha e duas moedas dos reinados de D. Afonso IV (?) e D. João III.

No sector E (Q C4 e B3) a Camada 2 sobrepunha-se directamente ao afloramento ou a pequenas bolsas de terra negra argilosa (C6).

Perfil 2 — N-S c.a e c.b

O segundo perfil apresentado é transversal ao primeiro e intercepta a parede Norte (Parede 3) da nave junto da extremidade inacabada.

Camada 1 — Camada com cerca de 30 cm de espessura e que cobre toda a área. É constituída por terra humosa com raízes e apresenta pedras irregulares de xisto e granito e alguns fragmentos de telha dispersos.

Embora muito remexida, constitui uma camada particularmente rica em espólio ceramológico no espaço contíguo à parede, no exterior, onde surgiram também pesos de cerâmica e pedra, um cossoiro, um tabuleiro de jogo em xisto e diversos materiais metálicos. Nesta camada surgiram também duas moedas, uma de D. Manuel I na Q. D5 e outra de D. João I na Q. D4. A bolsa 1A, à semelhança da do Corte W-E, é constituída por pedra miúda granítica, terra de coloração esbranquiçada e saibro, correspondendo também ao desmonte das paredes.

Camada 2 — Esta camada, embora com características diferentes, está presente de ambos os lados da parede. É constituída quase exclusivamente por fragmentos de telha sobrepostos, atingindo uma espessura que varia entre os 8 e os 18 cm. Na zona a S da parede os remeximentos são mais notórios e a quantidade de telha é menor.

Esta camada testemunha o abandono e derrube dum telhado a que se seguiram grandes remeximentos provocados pelo saque das pedras da construção. Corresponde à Camada 2 do Perfil W-E.

Camada 3 — Idêntica à Camada de igual número do Perfil W-E, corresponde pois à preparação de um piso (Piso 2) que aqui se articula com a soleira da porta da parede Norte e, no exterior, com a superfície de circulação da Camada 5, selada pelo derrube de um telhado.

Camada 4 — É a mesma Camada que a de igual número do Perfil W-E, resultante do derrube de um telhado sobre o Piso 1.

Piso 1 — Constituído pelo afloramento irregular e lages de xisto.

Camada 5 — Camada ainda não totalmente escavada, assentando directamente sobre a rocha e escostando à Parede 3. Revelou alguns fragmentos cerâmicos, telha e abundantes restos osteológicos que correspondem à violação de sepulturas aí existentes. Sobre a sua superfície deveria existir um piso de que não restam vestígios.

ALGUMAS CONCLUSÕES E HIPÓTESES DE TRABALHO

Neste momento da nossa investigação são mais as dúvidas suscitadas do que conclusões obtidas. O prosseguimento dos trabalhos arqueológicos na Igreja de S. Mamede, por forma a obter cortes estratigráficos mais explícitos bem como materiais datáveis em contextos selados e o alargamento da investigação às zonas do povoado e da torre roqueira, já previsto, permitirá confirmar algumas das hipóteses e dissipar múltiplas dúvidas que se nos colocam.

Parece-nos agora⁷⁰ que a construção românica não terá sido terminada. Provavelmente, depois de concluída e consagrada a ábside⁷¹, a obra foi interrompida quando se lançava a primeira fiada das paredes da nave, como se infere do facto das paredes se mostrarem interrompidas e rematadas e não existirem vestígios da imensa sapata necessária para vencer o acentuado desnível do terreno a W.

A construção e povoamento já referidos da Santa Cruz, nos inícios do século XIII, na colina em frente, pode ter provocado uma decadência do povoado que estudamos, o que ajudaria a explicar a interrupção da obra, facto aliás comum a outras igrejas da mesma época em que, no entanto, a parte inicialmente construída é completada depois segundo um novo programa⁷².

Aqui, a decadência do povoado, que já se encontrava abandonado em 1530, terá determinado a não conclusão da obra, permanecendo apenas a ábside de fabrico românico, transformada depois em ermida ou capela de que nos falam as descrições a partir do século XVII⁷³ realçando a qualidade da construção, pouco comum para uma capela.

Apresentando já acentuada ruína no século XVIII⁷⁴ é descrita, pelos vestígios que dela restavam, no século seguinte, como sendo um templo «(...) pequeno, porém mui bem construído... todo de boa cantaria bem

⁷⁰ Ao contrário do que deixávamos sugerir em trabalho anterior, PINTO *et alii* 1988.

⁷¹ ALMEIDA 1978b, II, p. 22.

⁷² ALMEIDA 1978b, II, p. 13.

⁷³ CRUZ 1935, p. 28; COSTA 1706, I, p. 426; MORAIS e MAGALHÃES 1986, pp. 29-30.

⁷⁴ Dicionário Geográfico.

lavrada (...)»⁷⁵.

As aduelas descobertas na escavação e as informações fornecidas pela descrição oitocentista⁷⁶ permitem-nos ensaiar uma reconstituição do arco triunfal, aqui com funções de pórtico: «(...) assentava em duas meias colunas redondas cujos capiteis eram primorosamente lavrados (...)». A decoração das suas aduelas era constituída por um toro encimado por uma série contínua de folhas lanceoladas, intervaladas na base por um ovado, a que sobrepunha outra aduela com duas bandas de óvulos, desencontradas e separadas de uma faixa de linhas paralelas quebradas, por três caneluras contínuas. À semelhança de outras igrejas, a arquivolta devia assentar em impostas decoradas com motivos cordiformes de que se encontrou um exemplar completo e dois fragmentados.

Um fragmento surgido na escavação e outros, reutilizados na capela da Sra. da Encarnação e decorados com motivo encanastrado, pertenciam certamente a um friso que, segundo as descrições, existia internamente.

Estes elementos ajudam a integrar a construção nas correntes do românico bracarense representado na região pela igreja de S. Salvador de Ansiães com a qual mostra, aliás, estreitas afinidades. Os finais do século XII ou princípios do seguinte, poderão assim constituir balizas cronológicas prováveis para o início da construção⁷⁷. No entanto, esta igreja não surge referenciada nas Inquirições de 1258 nem no catálogo das Igrejas de 1320-1321⁷⁸. Por outro lado, nenhuma datação segura foi proporcionada pela escavação, dado que o desmonte das paredes ocasionou grandes revolvimentos, não tendo sido detectado qualquer piso, ou sequer a sua preparação no interior da ábside, mas tão só camadas de abandono e destruição com grande mistura de materiais onde surgiram moedas de D. Dinis e de Afonso V.

Em frente da ábside, para W, onde estaria projectada a construção da nave românica. Uma das descrições oitocentistas, em que nos vimos apoiando, menciona um «átrio ou alpendre» embora não adiante a sua forma por existir já só ao nível do alicerce. Segundo os vestígios arqueológicos detectados, é possível considerar, pelo menos, dois momentos distintos no arranjo deste espaço alpendrado.

Numa primeira fase, teria uma forma quadrangular e seria delimitado a Oeste por alguns grandes blocos de pedra e, a Norte, pelo muro situado no alinhamento da parede românica, em que se abria uma porta (PORTA 1) — são visíveis a soleira e a ombreira com encaixes para a tranca — que dava acesso

⁷⁵ MAGALHÃES 1845.

⁷⁶ À descrição referida na nota anterior, acrescente-se a descrição do General Pery, transcrita in VASCONCELOS, 1896.

⁷⁷ Embora seja comum atribuir cronologias tardias para o românico transmontano, haverá necessidade de rever essa posição à luz de novos trabalhos monográficos, aspecto para o qual nos chamou a atenção o Dr. Manuel Luis Real a quem publicamente agradecemos.

⁷⁸ *Catálogo*.

ao piso térreo do alpendre (Camada 3).

Numa segunda fase, quando se quis ampliar este espaço para Oeste, houve necessidade de vencer o grande declive do terreno. Foi então construído um muro de contenção (MURO 2) e o terreno nivelado com enchimento de terra e pedras (Camada 5 e 5A). De acordo com os numismas encontrados nestes sedimentos, este arranjo deverá ser posterior a D. João III.

De interpretação mais complexa é o Piso 1, constituído por um lageado de xisto (LAGEADO 1) e pelo próprio afloramento rochoso onde este se encontra mais elevado. De facto não foi ainda possível estabelecer qualquer associação directa entre este piso e as paredes existentes, mesmo as românicas, pois situa-se a uma cota inferior à base da primeira fiada de silhares. Neste momento, o único dado seguro é que o espaço definido por este piso era coberto por um telhado que se abateu directamente sobre ele (Camada 4). Parece testemunhar até agora a ocupação mais antiga do local.

Finalmente, dada a existência de um abundante espólio cerâmico, sobretudo nas camadas mais superficiais, não é de excluir a hipótese de ter existido uma ocupação do local, como habitat, numa época bastante mais recente (séc. XIX?) a que poderão corresponder também a parede Sul, não românica, de construção e aparelho menos cuidados e a própria estrutura designada como CASA 1.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA 1978a — ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das origens a 1220*, Porto, 1978.
- ALMEIDA 1978b — ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, 2 vols., Porto 1978.
- ALMEIDA 1987 — ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Alto Minho*, Lisboa, 1987.
- ALMEIDA e LOPES 1981-82 — ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, e LOPES, Francisco Gaspar de Almeida, «Eja (Entre-os-Rios). A Civitas e a Igreja de S. Miguel», *Portugália*, Nova Série, vol. II/ III, Porto 1981-82, pp. 131-136.
- Dicionário Geográfico — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Dicionário Geográfico de Luis Cardoso, Tomo XIV, fl. 572, «Esteveas».
- AZEVEDO 1962 — AZEVEDO, Rui Pinto de, «Ribacoa sob o Domínio de Portugal no Reinado de D. Afonso Henriques», *Anais da Academia Portuguesa de História*, 12, Lisboa, 1962, pp. 229-298.
- BAÇAL 1934 — ALVES, Francisco Manuel, *Memória Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, II vols., Bragança 1934.
- CABRAL 1910 — CABRAL, Afonso Pereira, «Castrum Baniensium», *Ilustração Transmontana*, Porto 1910, pp. 59-64.
- Catálogo — *Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros... de 1320-21* (publicado por ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, 2ª Ed., IV, Porto 1971, pp. 90-144.

- COSTA 1706 — COSTA, P^o António Carvalho da, *Corographia Portugueza*, 3 vols., Lisboa 1706.
- CRUZ 1935 — CRUZ, António, *Um inédito de António Coelho Gasco sobre Antiguidades de Trás-os-Montes*, Coimbra 1935.
- DÍEZ 1985 — DÍEZ, Carlos Estepa, «El Nacimiento de Leon y Castilla (Siglos VIII-X)», *História de Castilla y Leon*, dir. por Julio VALDEÓN, 3, Valladolid 1985.
- D.M.P. — D.R. — *Documentos Medievais Portugueses — Documentos Régios*, ed. Rui de AZEVEDO, vol. I, Lisboa 1958-1961.
- D.S. — *Documentos de D. Sancho I*, ed. Rui de AZEVEDO, Avelino Jesus da COSTA e Marcelino PEREIRA, Coimbra, 1979.
- FREIRE 1909 — FREIRE, Anselmo Braancamp, «Povoação de Trás-os-Montes no Século XIV», *Archivo Histórico Português*, vol. VII, Lisboa 1909, pp. 241-290.
- HERCULANO — HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal*, 9^a Ed., 8 vols., Lisboa s/ d.
- L.F. — *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, Ed. Avelino Jesus da COSTA, 2 vols., Braga 1965-78.
- LINDLEY CINTRA 1984 — CINTRA, Luis Filipe Lindley, *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, 2^a Ed., Lisboa 1984.
- MAGALHÃES 1845 — MAGALHÃES, Francisco António Carneiro de, «Achado de uma Antiquilha Curiosa em Traz-os-Montes», *Revista Universal Lisbonense*, vol. IV, Lisboa 1845. pp. 545-546.
- MATTOSO 1981 — MATTOSO, José, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa 1981.
- MATTOSO 1985 — MATTOSO, José, *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa 1985.
- MATTOSO 1986 — MATTOSO, José, *Identificação de um país. Ensaio sobre as Origens de Portugal 1096-1325*, 2^a Ed., 2 vols., Lisboa 1986.
- MENESES 1986 — MENESES, Miguel Pinto de, *Foral de Vila Flôr*, Vila Flôr 1986.
- MERÊA e GIRÃO 1948 — MERÊA, Paulo e GIRÃO, Aristídes Amorim, «Territórios Portugueses do século XI», *Revista Portuguesa de História*, vol. 3, Coimbra 1948, pp. 255-263.
- MORAIS e MAGALHÃES 1986 — MORAIS, João Pinto de, e MAGALHÃES, António de Sousa Pinto, *Memórias de Ansiães*, Carrazeda de Ansiães 1986.
- Mon. Lusit. — Monarquia Lusitana* 4^a Parte, Fr. António BRANDÃO, 1^a Ed., Lisboa 1632.
- PINTO et alii 1988 — PINTO, Alexandra Cerveira, Rodrigues, Miguel, Rebanda, Nelson, Gomes, Paulo Dordio e Teixeira, Ricardo, «Escavações Arqueológicas da Igreja de S. Mamede (Torre de Moncorvo) — Notícia Preliminar», *Arqueologia* n^o 17, Porto Junho de 1988, pp. 231-235.
- P.M.H. — D.C. — *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*.
- P.M.H. — Inq. — *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*.
- P.M.H. — Leges — *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*.
- P.M.H. — Scriptorum — *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptorum*, Livro Velho de Linhagens.
- RODRIGUES e BRANDÃO 1961 — RODRIGUES, Adriano Vasco e BRANDÃO, Pinho «Missão de Estudo Arqueológico na Região da Vilarça, Moncorvo»,

I Colóquio Portuense de Arqueologia, Porto 1961.

SANTOS JÚNIOR 1931 — JÚNIOR, J.R. Santos, «As serpentes gravadas do Castro do Baldoeiro», XV. ^éme Congrès International d'Antropologie & d'Archéologie Préhistorique, Paris 1931.

SANTOS JÚNIOR 1975 — JÚNIOR, J.R. Santos, *Os Berrões Proto-Históricos do Nordeste de Portugal*, Porto 1975.

VASCONCELOS 1896 — VASCONCELOS, José Leite de, «Inscrição Romana de Moncorvo», *O Archeologo Português*, 1^a Série, vol. II, Lisboa 1896, pp. 168-172.

VITERBO 1962 — VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário...* 3^a Ed., 2 vols., Porto 1962.

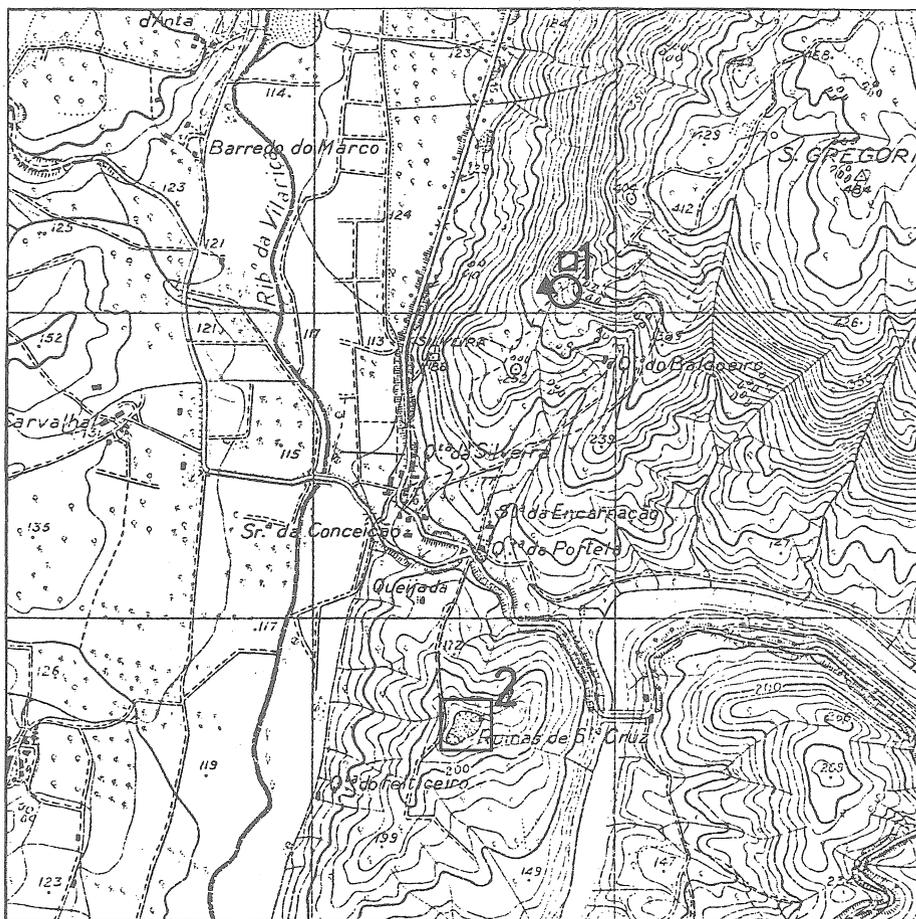


Fig. 1 — 1. Estação Arqueológica do Baldoeiro (quadrado, torre; círculo, povoado; triângulo, igreja de S. Mamede e Necrópole).

2. Cerca amuralhada da Santa Cruz da Vilarica. Carta dos Serviços Cartográficos do exército, Esc. 1:25 000, folha 118 — Castedo.

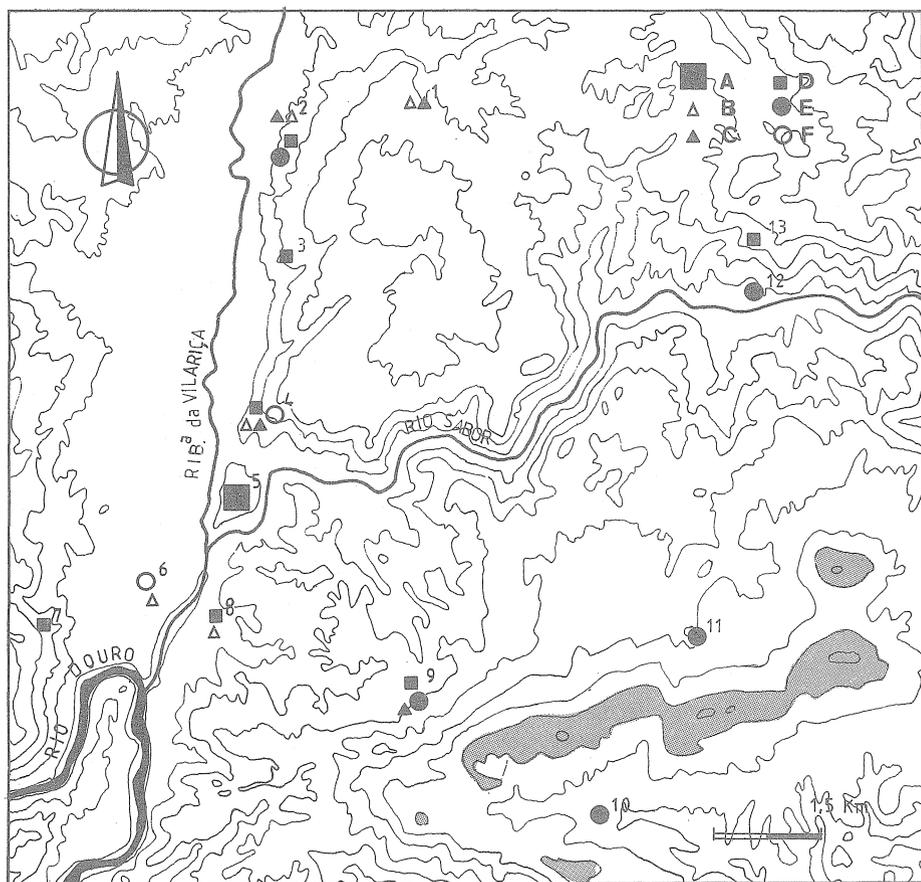


Fig. 2 — Mapa do povoamento medieval (até meados do século XIII) no baixo vale do Sabor e Vilarça.

Símbolos: A — Povoação com igreja e cerca amuralhada; B — Sepulturas escavadas na rocha; C — Igreja; D — Torre ou outro local fortificado; E — Povoação mencionada na documentação medieval, com ou sem vestígios arqueológicos; F — Habitat testemunhando apenas por vestígios arqueológicos.

Núcleos de povoamento: 1. Adeganha; 2. Junqueira; 3. S.^{ra} do Castelo da Adeganha; 4. Baldoeiro; 5. Santa Cruz da Vilarça; 6. Vila Maior; 7. Castelo da Mina; 8. Alfarela; 9. Torre de Moncorvo; 10. Felgueiras; 11. Lamelas; 12. Cilhaes; 13. Castelo da Cizonha.

Superfície sobreada: Serra do Reboredo (cota superior a 750 m.).

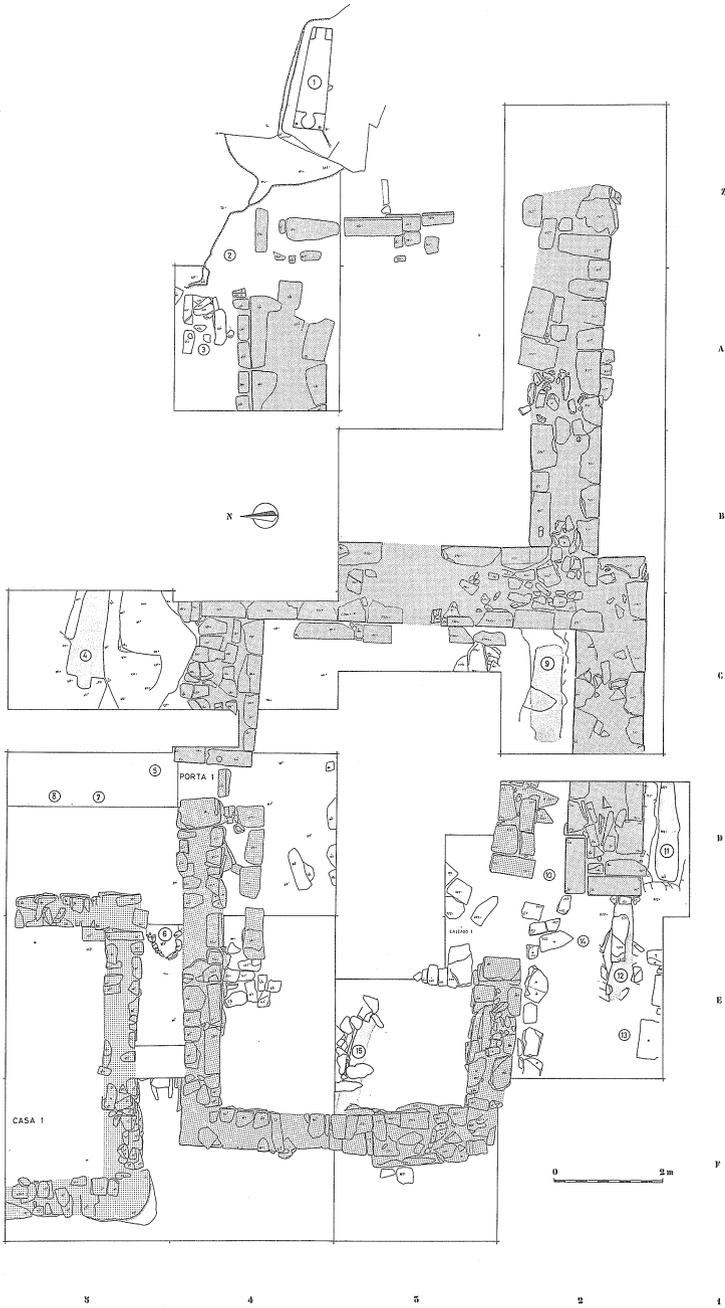


Fig. 3 — Planta geral da escavação da Igreja de S. Mamede.

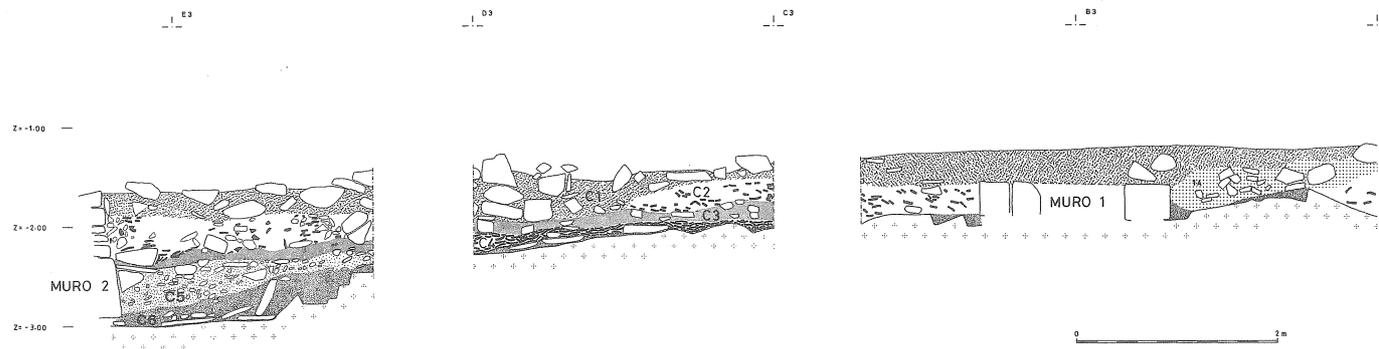


Fig. 4 — Perfil 1 W-E. Estratigrafia descrita no texto.

D5

D6

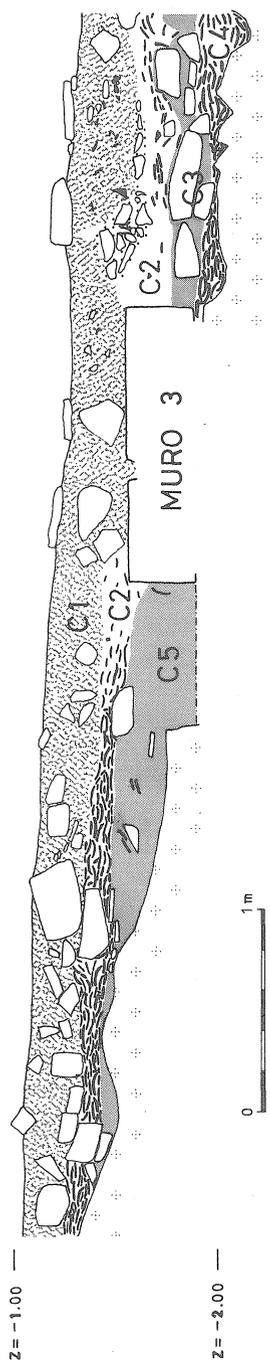
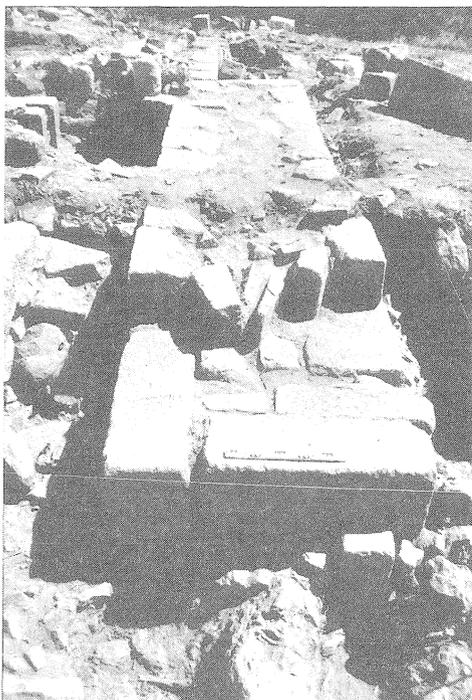


Fig. 5 — Perfil 2 N-S. Estratigrafia descrita no texto.



Fot. 1 — Parede sul da nave, inconcluída, vendo-se em primeiro plano a estela da sepultura 12 encostada à pedra de remate da parede.



Fot. 2 — Reconstituição parcial provável do arco triunfal.